

GRUPAMENTO DE APOIO DO DF

Termo de Referência 7/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
7/2026	120625-GRUPAMENTO DE APOIO DO DF	IGOR MATIAS RESENDE DE ALMEIDA	30/03/2026 11:40 (v 0.14)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		67285.000046/2026-06

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
PREFEITURA DE AERONÁUTICA DE BRASÍLIA

(Processo Administrativo nº 67285.000046/2026-06)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. **Aquisição de insumos e materiais de consumo diversos para manutenção em equipamentos de condicionadores de ar**, nos termos da tabela do ANEXO III deste Termo de Referência, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ESEPCIFICAÇÃO	VALOR TOTAL ESTIMADO
Aquisição de insumos e materiais de consumo diversos para manutenção equipamentos condicionadores de ar conforme os itens, especificações, quantidades e valores estimados, listados no ANEXO III deste Termo de Referência.	R\$ 38.592,83

****Para a elaboração das propostas, deverão ser rigorosamente observadas as especificações técnicas constantes do ANEXO III deste Termo de Referência, prevalecendo estas sobre eventuais descrições genéricas ou divergentes presentes no Catálogo de Materiais e Serviços (CATMAT).***

1.2. Os itens a serem adquiridos, objeto desta licitação, são caracterizados como bens comuns por possuírem especificações usuais no mercado, padronizadas e de desempenho amplamente conhecido, o que permite a definição objetiva das exigências quanto à qualidade, quantidade e prazos de entrega.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. A Ata de Registro de Preços terá vigência pelo período de **1 (um) ano**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser **prorrogado por igual período**, e seus quantitativos renovados, conforme disposto no artigo 84 da Lei 14.133/21 e artigo 22 do Decreto 11.462/2023.

1.4.1. **Não será permitida a adesão/carona** à Ata de Registro de Preços decorrente deste certame por órgãos ou entidades não participantes, nos termos do *caput* do art. 86, §2º e §3º, da Lei nº 14.133/2021.

1.5. O contrato decorrente da ata, caso firmado entre as partes interessadas, terá sua vigência de 12 meses em conformidade com as disposições nele contido, com base no art. 105 da Lei 14.133/2021.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) Identificador: **GAPDF26MAT116**.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (tópico 7), apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Os critérios de sustentabilidade adotados nesta contratação seguem as diretrizes apresentadas no item 15 do Estudo Técnico Preliminar, com fundamento no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (8ª edição – outubro de 2025), visando à redução de impactos ambientais, promoção da responsabilidade socioambiental e fomento à economia sustentável. Serão considerados os seguintes critérios:

4.1.1. Equipamentos e ferramentas com alta durabilidade, fabricados com materiais resistentes e de longa vida útil, de forma a evitar trocas frequentes, reduzir a geração de resíduos sólidos e proporcionar economia ao erário a médio e longo prazo.

4.1.2. Itens que permitem manutenção preventiva e corretiva, com ampla disponibilidade de peças no mercado nacional, evitando descarte prematuro e incentivando a extensão da vida útil dos bens adquiridos.

4.1.3. Empresa que priorizem o descarte adequado de embalagens, resíduos e possíveis ferramentas inservíveis, de forma ambientalmente correta, preferencialmente por meio de mecanismos de logística reversa, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

4.1.4. Será dado peso positivo a equipamentos que operem com motores de alto rendimento e menor consumo energético, conforme especificações técnicas de eficiência energética disponíveis no mercado.

4.1.5. Será exigida, quando aplicável, a entrega de termo de compromisso para destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados (embalagens, componentes substituídos ou descartados), conforme disposto na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

4.1.6. Será evitada a aquisição de equipamentos que contenham ou emitam substâncias classificadas como perigosas à saúde ou ao meio ambiente, especialmente solventes, gases ou tintas em desacordo com normas da ABNT ou do CONAMA.

4.1.7. Fornecedores que apresentem certificações reconhecidas de responsabilidade socioambiental (como ISO 14001, Selo Verde, Selo Empresa Limpa, entre outros).

Indicação de marca ou modelos

4.2. Na presente contratação não será indicada marca ou modelo, sendo a marca apenas uma indicação de similaridade de tipo de qualidade dos produtos.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. Não se aplica.

Da exigência de carta de solidariedade

4.4. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Subcontratação

4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.6. Não haverá exigência de garantia contratual prevista nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que a presente contratação apresenta baixo risco à Administração e, portanto, não se justifica a imposição de garantia para execução.

4.6.1. A garantia dos materiais fornecidos será, no mínimo, aquela estabelecida pelo fabricante e em conformidade com o previsto no Código de Defesa do Consumidor. Durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá solicitar a substituição, sem ônus adicional, de quaisquer itens que apresentem vícios ou defeitos de fabricação, bem como daqueles que forem entregues em desconformidade com as especificações técnicas constantes na tabela do ANEXO III deste Termo de Referência.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias corridos, contados do(a) recebimento da Nota de Empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: **Prefeitura de Aeronáutica de Brasília (PABR), localizada no SHIS , no OI 03, Coniunto 01 - Área Especial - Lago Sul, CEP 71.605-210 - Brasília, DF.**

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e as estabelecidas pelo fabricante.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato/gestor da Ata, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.16. Cabe ao gestor do contrato/Ata:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete **infração administrativa**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à **inexecução parcial** do contrato;
- b) der causa à **inexecução parcial** do contrato **que cause grave dano** à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à **inexecução total** do contrato;
- d) ensejar o **retardamento da execução ou da entrega do objeto** da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar **documentação falsa ou prestar declaração falsa** durante a execução do contrato;
- f) **praticar ato fraudulento** na execução do contrato;
- g) **comportar-se de modo inidôneo** ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar **ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846**, de 1º de agosto de 2013.

7.2. **Serão aplicadas** ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. **Impedimento de licitar** e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias.

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 7% (sete por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 3% (três por cento) a 7% (sete por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 3% (três por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 3% (três por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens **poderão ser rejeitados**, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, **devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O **recebimento definitivo** ocorrerá no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para **recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências** para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **dez dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES /ME nº 77/2022.

8.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.11.1. o prazo de validade;

8.11.2. a data da emissão;

8.11.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.11.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.11.5. o valor a pagar; e

8.11.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF e CADIN ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF e CADIN para:

8.14.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.14.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.15. Constatando-se, junto ao SICAF e CADIN, a **situação de irregularidade do Contratado**, será providenciada sua **notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação** ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.17. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF/CADIN.

Prazo de pagamento

8.19. O **pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.25. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

8.26. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 07/01/2026.

8.27. **Após o interregno de 01 (um) ano, e independentemente de pedido do Contratado**, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.28. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.29. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.30. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.31. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.32. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.33. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será realizado de forma **parcelada, sob demanda**, conforme a necessidade da Administração, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, mediante emissão de Nota de Empenho ou instrumento equivalente, em conformidade com a sistemática do Sistema de Registro de Preços.

9.2.1. Os quantitativos previstos constituem **mera estimativa de consumo**, não gerando à Administração a obrigação de contratação integral, nos termos da legislação aplicável ao Sistema de Registro de Preços (**DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023**).

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21. Não será exigida a comprovação de qualificação econômico-financeira dos licitantes, com fundamento no art. 70, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, considerando tratar-se de contratação de baixo risco, com fornecimento de bens de consumo, entrega em prazo reduzido e sem complexidade que justifique a exigência.

Qualificação Técnica

9.22. Fica dispensada a exigência de atestados de capacidade técnica, considerando tratar-se de aquisição de bens comuns, de baixa complexidade e amplamente disponíveis no mercado, cuja execução não demanda comprovação prévia de aptidão técnica, em conformidade com os princípios da competitividade e da economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

Disposições gerais sobre habilitação

9.23. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.24. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.25. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.26. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.27. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 38.507,98 (trinta e oito mil, quinhentos e sete reais e noventa e oito centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela contida no **ANEXO III (TABELA DE ITEM E ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS)** deste Termo de Referência.

10.2. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. No caso de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser mantidos, desde que demonstrada a vantajosidade da prorrogação por meio de renovação da pesquisa de preços.

10.2.3. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.4. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.5. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: : 120005 (UGR) e 120625 (UG EXEC);

II) Fonte de recursos: 1050000140;

III) Programa de trabalho: 214555;

IV) Elemento de despesa: 339030; e

V) Plano interno: SF063100109.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

12.2. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

a) Estudo Técnico Preliminar - ;

b) ANEXO I - Regras plicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato;

- c) ANEXO II - Termo de ciência e concordância; e
- b) ANEXO III - Tabela de Itens e Especificações - Item 1.1 do TR

Brasília-DF, (CONFORME ASSINATURA ELETRÔNICA CADASTRAL).

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

13.1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

13.1.1. O adjudicatário terá o 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato, Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

13.1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

13.1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

13.1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

13.1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

13.2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

13.2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

13.2.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

13.2.4. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

13.2.5. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

13.3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

13.3.1. São obrigações do Contratante:

13.3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

13.3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

13.3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

13.3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

13.3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

13.3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

13.3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

13.3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

13.3.1.9. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

13.3.1.9.1. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias.

13.3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

13.3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13.4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

13.4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

13.4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

13.4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

13.4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

13.4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

13.4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

13.4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

13.4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

13.4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

13.4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;

e 13.4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

13.4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

13.4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

13.4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

13.4.1.11. Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

13.4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

- 13.4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 13.4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 13.4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 13.4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 13.4.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 13.4.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;
- 13.4.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 13.4.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 13.4.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 13.4.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 13.4.1.23. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 13.4.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 13.4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 13.4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

13.6. DOS CASOS OMISSOS

- 13.6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

13.7. ALTERAÇÕES

- 13.7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

13.7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

13.7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.8. FORO

13.8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Brasília-DF, Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../2025, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de.....de 2025.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Encaminho aos demais membros da comissão para análise.

IGOR MATIAS RESENDE DE ALMEIDA

Membro Administrativo da Comissão de Planejamento

Despacho: Após análise, encaminho ao presidente da comissão.

ANTONIO WILSON SILVA BARRETO DOS SANTOS

Membro Técnico da Comissão de Planejamento

Despacho: Após análise da Comissão, encaminho o presente Termo de Referência para apreciação e aprovação pelo Ordenador de Despesas, com vistas ao prosseguimento das fases subsequentes da contratação.

JOSE ATTIANESI

Presidente da Comissão de Planejamento

Despacho: Encaminho ao Ordenados de Despesas após conferência.

RICARDO ALVES DOS SANTOS

Agente de Controle Interno da PABR

Despacho: Aprovo o presente Termo de Referência.

VALDINEI FAGUNDES DE SOUZA

Prefeito da PABR

ANEXO III

TABELA DE ITEM E ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS (1.1. do TR)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DETALHADA	CATMAT	COTA ME/EPP	QTD. MÍNIMA	QTD. ESTIMADA	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Jogo de Chaves de Fenda e Phillips (tamanhos variados) Jogo de Chaves de Fenda e Phillips, composto por 4 peças de cada: Fenda - 1/4" x 6; 1/8" x 6; 3/16" x 6; Phillips - 1/4" x 6; 1/8" x 6; 3/16" x 6.	274833	SIM	4	6	JOGO	R\$ 87,48	R\$ 524,88
2	Jogo de Chave de Boca Jogo completo de Chave de Boca com as numerações de 6 a 31 mm.	633640	SIM	2	4	JOGO	R\$ 67,55	R\$ 270,20
3	Jogo de Chave Canhão Jogo completo de Chave Canhão, composto por 4 peças de cada: 7/32", 1/4", 5/16", 3/8".	601852	SIM	2	4	JOGO	R\$ 181,80	R\$ 727,20
4	Jogo de Chave Allen Jogo completo de Chave Allen com as numerações de 1,5 a 10 mm.	483814	SIM	2	4	JOGO	R\$ 34,60	R\$ 138,40
5	Alicate Universal Alicate Universal de 8" .	632200	SIM	4	6	UND	R\$ 31,33	R\$ 187,98

6	Alicate de Corte Alicate de Corte de 6".	393442	SIM	4	6	UND	R\$ 32,38	R\$ 194,28
7	Alicate de Pressão Alicate de Pressão de 10".	468613	SIM	2	4	UND	R\$ 45,32	R\$ 181,28
8	Lima Murça Lima Murça de 8".	627541	SIM	2	4	UND	R\$ 33,41	R\$ 133,64
9	Jogo de Chave Catraca Jogo completo Chave Catraca de 1/4"; 3/8"; 5/16".	602117	SIM	2	4	JOGO	R\$ 41,30	R\$ 165,20
10	Jogo de Chave Torx Tipo L Jogo completo de Chave Tork Tipo L Longas, composto por 4 peças de cada: T9; T10; T15; T20; T25; T27; T30; T40; T45 E T50.	633771	SIM	2	4	JOGO	R\$ 79,30	R\$ 317,20
11	Conjunto Flangeador e Alargador de Tubos de Cobre e Plástico Kit contendo 1 Morsa de medidas 3/4 – 1/2 – 5/8; 1 Morsa de medidas 7/16 – 1/4 – 1/8 – 3/16 – 5/16 – 3/8; 1 Flangeador com Ponta de Acoplamento Tipo Rosca para Peças/Acessórios; 1 Flangeador de Diâmetros; 6 Alargadores Adaptáveis; 1 Cortador de Tubos; 1 Maleta – Descrição: Flangeador de Bitolas: 1/8, 3/16, 1/4, 5/16, 3/8, 7/16, 1/2, 5/8, e 3/4 O.D.;	343779	SIM	2	4	CONJUNTO	R\$ 185,19	R\$ 740,76

	Alargadores Adaptáveis para Bitolas: 3/16, 1/4, 5/16, 3/8, 1/2, 5/8, 3/4 O.D.							
12	Morsa Morsa Nº 5.	631349	SIM	2	4	UND	R\$ 174,83	R\$ 699,32
13	Martelo Tipo Bola Martelo Tipo Bola 200G.	359975	SIM	2	4	UND	R\$ 46,67	R\$ 186,68
14	Alicate Amperímetro Digital Alicate Amperímetro Digital 50 mm – Especificações técnicas: Display – 3 1/2 Dígitos (2000 Contagens); Taxa de Amostragem – 3 vezes/segundo, Indicação de Polaridade – Automática, Indicação de Polaridade Negativa; Indicação de Sobrefaixa – “1” ou “-1”; Indicação de Bateria Fraca; Mudança de Faixa – Manual; Peakhold; Ambiente de Operação – 0°C a 40°C, RH < 70%; Alimentação – Uma Bateria de 9V (NEDA 1604 ou 6F22 ou 006P); Diâmetro do Condutor & Abertura de Garra Máxima – 50 mm; Acompanha – Par de Pontas de Prova e Bateria. Modelo de Referência – Minipa-ET-3200 ou de qualidade superior.	621682	SIM	2	4	UND	R\$ 128,26	R\$ 513,04
15	Conjunto de Manifold Profissional com Mangueira Kit de Manifold Profissional com Mangueira de 1,2 metros para	450770	SIM	2	4	CONJUNTO	R\$ 282,40	R\$ 1.129,60

	R22/R134A/407 com 410 e Maleta de Transporte.							
16	Detector de Vazamento de Fluido Refrigerante Detector de Vazamento de Fluido Refrigerante com Maleta de Transporte.	607105	SIM	2	4	UND	R\$ 358,78	R\$ 1.435,12
17	Termômetro Tipo Penta Termômetro Tipo Penta - Tensão Elétrica e Fase 12/24V; Potência 250mA; Alimentação – uma bateria de 9V; Faixa de Medição -50.0 a 105.0 °C; Temperatura de Operação -58.0 a 221 °F; Precisão +/-0.3% F.E.; Número de sensores = 5; Cabo dos Sensores = 1 x 26AWG Tipo Microfone, Comprimento = 1.5m.	305285	SIM	2	4	UND	R\$ 625,33	R\$ 2.501,32
18	Vacuômetro Digital Vacuômetro Digital pressão de sobrecarga 72 psi/0.5 MPa, Temperatura de operação 0-50 °C, Unidades Pa, mBar, mmHg, Microns.	618481	SIM	2	4	UND	R\$ 1.357,76	R\$ 5.431,04
19	Bolsa Coletora Para Limpeza de Ar Condicionado (Evaporadora) Bolsa Coletora Para Limpeza De Ar Condicionado Split HIWALL 7k À 30k Btus. 1 Bolsa coletora e 1 mangueira para dreno de no mínimo 2,8 metros.	630909	SIM	2	4	UND	R\$ 156,86	R\$ 627,44

20	Bomba de Vácuo Bomba de Vácuo Profissional 10CFM Duplo Estágio Bivolt.	619107	SIM	1	2	UND	R\$ 851,86	R\$ 1.703,72
21	Escada Alumínio Escada Alumínio 4 Degraus.	630946	SIM	2	4	UND	R\$ 262,33	R\$ 1.049,32
22	Conjunto de Pincéis e Escovas de Cerdas Macias Kit de 5 Pincéis para detalhamento e 1 Escova para limpeza com cerdas macias.	630852	SIM	2	4	CONJUNTO	R\$ 66,96	R\$ 267,84
23	Pulverizador Manual Pulverizador Manual 2 Litros, Borrifador Compressão.	473488	SIM	2	4	UND	R\$ 43,76	R\$ 175,04
24	Kit Panos de Limpeza Kit com 10 Panos Microfibra Lavável Pano Multiúso 30x30cm.	626317	SIM	5	20	KIT	R\$ 30,27	R\$ 605,40
25	Detergente Neutro/Alcalino Concentrado Detergente Líquido Neutro (em frascos de 500ml).	620665	SIM	20	100	UND	R\$ 2,27	R\$ 227,00
26	Detergente Ácido para Serpentinhas (uso controlado) Detergente para Limpeza de Serpentina Ar Condicionado (em galão de 20	279944	SIM	1	2	UND	R\$ 215,67	R\$ 431,34

	Litros).							
27	Higienizador Bactericida/Fungicida para Ar Condicionado Limpador e Bactericida (em galão de 5 Litros).	303322	SIM	2	16	UND	R\$ 35,39	R\$ 566,24
28	Filtro de Ar Tipo Tela (Nylon) para Split - Reposição Filtro de Ar condicionado em Nylon 36x33cm.	625179	SIM	5	25	UND	R\$ 22,65	R\$ 566,25
29	Pilhas Alcalinas Para Controles Remotos (embalagem com 4 unidades) Pilha AAA Cilíndrica em embalagens com 4 unidades cada.	519860	SIM	10	60	UND	R\$ 21,08	R\$ 1.264,80
30	Kit Isolamento Térmico para Tubulações Frigorígenas Kit com 35 unidades de Tubo Esponjoso de 1/4 (2 metros de comprimento); e 35 unidades de Tubo Esponjoso 3/8 (dois metros de comprimento).	387607	SIM	2	6	KIT	R\$ 160,43	R\$ 962,58
31	Luvas de Borracha Nitrílica Par de luva para limpeza pesada em borracha nitrílica.	614948	SIM	20	125	PAR	R\$ 13,49	R\$ 1.686,25

32	Óculos de Proteção Óculos de Proteção em policarbonato, constituído de armação e visor com meia borda superior e meia proteção nas bordas.	634184	SIM	4	16	UND	R\$ 14,57	R\$ 233,12
33	Máscara Respiratória para Manuseio de Produtos Químicos Máscara Facial com 2 Filtros para Proteção de Gases Ácidos e Vapores. Tamanho Universal, Semi-facial, com eficiência de filtração de 95%.	444291	SIM	6	22	UND	R\$ 40,93	R\$ 900,46
34	Kit Conexões para Tubos de Cobre Kit com 5 unidades de cada item, Conexões para Tubos de Cobre (porcas e uniões de latão / luvas e curvas de cobre) nos tamanhos: 1/2; 1/4; 3/8; 5/16.	622804	SIM	5	15	KIT	R\$ 74,90	R\$ 1.123,50
35	Escova de Aço Manual Escova de Aço Manual com 4 Fileiras e Cabo de Madeira.	625336	SIM	2	6	UND	R\$ 13,01	R\$ 78,06
36	Fita Isolante Antichama Fita Isolante Antichama Preta 19 mm x 20 m.	604732	SIM	4	20	UND	R\$ 24,02	R\$ 480,40
37	Fluido Refrigerante R22 Fluido Refrigerante R22 Cilindro de 13 kg.	617201	SIM	1	3	UND	R\$ 899,29	R\$ 2.697,87

38	Fluido Refrigerante R32 Fluido Refrigerante R32 Cilindro de 13 kg.	613141	SIM	1	3	UND	R\$ 883,19	R\$ 2.649,57
39	Fluido Refrigerante R410a Fluido Refrigerante R410a Cilindro de 13 kg.	400047	SIM	1	3	UND	R\$ 1.551,33	R\$ 4.653,99
40	Estilete 18 mm corpo plástico Estilete 18mm corpo plástico revestido com borracha termoplástica.	622133	SIM	2	4	UND	R\$ 15,92	R\$ 63,68
41	Lâmina para Estilete 18 mm Lâmina para Estilete 18 mm, embalagem com 10 unidades.	462322	SIM	2	6	UND	R\$ 16,97	R\$ 101,82
VALOR TOTAL ESTIMADO								R\$ 38.592,83

Com base nas diretrizes estabelecidas nos artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, que preveem, sempre que possível, a aplicação do tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, a Administração realizou a devida análise técnica dos itens, cujos valores estimados total ultrapassam o limite de R\$ 80.000,00.

Brasília, (VIDE DATA DE ASSINATURA ELETRÔNICA).



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Termo de Referência e Anexos - 30.03 - TR_007-2026
Data/Hora de Criação:	30/03/2026 17:39:40
Páginas do Documento:	27
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	28
Hash MD5:	5afd3cbc87e862b23dea2c0f8876fd99
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Primeiro Sargento ÍGOR MATIAS RESENDE DE ALMEIDA no dia 30/03/2026 às 14:42:35 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten ANTÔNIO WILSON SILVA BARRETO DOS SANTOS no dia 30/03/2026 às 15:00:13 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten JORE ATTIANESI no dia 30/03/2026 às 15:08:12 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Soldado 2a. Classe JOÃO VICTOR COSTA SANTOS no dia 31/03/2026 às 11:54:34 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel RICARDO ALVES DOS SANTOS no dia 06/04/2026 às 14:52:32 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel VALDINEI FAGUNDES DE SOUZA no dia 08/04/2026 às 00:58:49 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO